



REUNIÃO <u>ORDINÁRIA</u> CONSELHO DE CONSUMIDORES DA ENERGISA MINAS RIO			
Data	25/02/2026		
Horário de Início	17:00	Horário de Término	19:00
Formato	Virtual – Microsoft Teams		

PARTICIPANTES		
CLASSE RESIDENCIAL	Titular:	Rômulo Luiz de Aquino Colly
	Suplente:	João Paulo Santana
CLASSE COMERCIAL	Titular:	Luis Claudio de Paula Silva
	Suplente:	-
CLASSE INDUSTRIAL	Titular:	Alcides Oliveira da Silva
	Suplente:	Jovino Fernandes de Azeredo Junior
CLASSE RURAL	Titular:	José Carlos Cardinot
	Suplente:	Adenilda Oliveira dos Santos
PODER PÚBLICO	Titular:	Jorge Luis da Silva
	Suplente:	Jeison Alvim Vianna
ENERGISA	Sec. Executiva Titular	Janaina Soares Lacerda de Sousa
	Sec. Executiva Suplente	Rosania das Graças Rodrigues Barcaro

ORDEM DO DIA
1. Abertura e aprovação da ata anterior; 2. Organização da atividade em Manhuaçu e calendário de reuniões de 2026; 3. Atualização cadastral da Presidência do Conselho junto à ANEEL; 4. Consulta Pública ANEEL nº 046/2025 – aplicação automática da Tarifa Branca; 5. Esclarecimentos sobre pagamento das faturas via Pix; 6. Representação do Conselho em reunião da ANEEL; 7. Prestação de contas e acompanhamento orçamentário; 8. Assuntos gerais e encerramento.
ATA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

- 1 No formato virtual, via Microsoft Teams, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro
- 2 de 2026, com início às dezessete horas, realizou-se a Reunião Ordinária do
- 3 Conselho de Consumidores da Energisa Minas Rio. Inicialmente, foi realizada a
- 4 leitura da ata da reunião anterior, de 28 de janeiro de 2026. Após consulta aos

5 conselheiros, todos os presentes manifestaram concordância com o conteúdo, não
6 havendo solicitação de alteração, ficando a ata aprovada. Na sequência, foram
7 retomados os encaminhamentos para a participação do Conselho em atividade
8 prevista para ocorrer em Manhauçu. A Secretária Rosania das Graças Rodrigues
9 Barcaro informou que a definição ainda dependia de confirmação da Emater, que
10 havia sinalizado preliminarmente os dias 20 ou 27 de março, sem definição quanto
11 ao turno. Adenilda explicou que a atividade integra um Dia de Campo, no qual
12 diferentes parceiros realizariam apresentações aos produtores rurais, havendo
13 expectativa de disponibilização de aproximadamente vinte a trinta minutos para a
14 participação da Energisa e do Conselho. Rosania informou que Fabrício,
15 responsável pelo processo de leitura na distribuidora, estava preparando material
16 destinado à orientação dos produtores e seria o representante da Energisa na
17 apresentação. Debateu-se o formato da participação, considerando que a atividade
18 não teria as características tradicionais de uma reunião itinerante exclusiva do
19 Conselho. Adenilda avaliou como mais proveitoso que o espaço fosse utilizado
20 principalmente para orientações técnicas da distribuidora, especialmente acerca de
21 leitura e calendário rural, tarifa aplicável ao consumidor rural e cuidados relacionados
22 à instalação de secadores, diante da proximidade da safra de café. O assessor
23 sugeriu que o Conselho realizasse a abertura, apresentando sua atuação e
24 destacando seu papel de aproximação entre consumidores e distribuidora, passando
25 posteriormente a palavra à equipe técnica da Energisa. A proposta recebeu
26 concordância dos presentes. Também foi sugerida a preparação de materiais de
27 comunicação a partir do conteúdo técnico apresentado pela distribuidora, permitindo
28 posterior divulgação nas redes sociais, WhatsApp, Sindicato e em formato impresso,
29 de modo que as orientações alcancem inclusive produtores que não participarem do
30 Dia de Campo. Rosania comprometeu-se a verificar com Fabrício a disponibilidade
31 dos materiais sobre leitura rural e instalação de secadores, e Luis Claudio solicitou
32 que esse conteúdo fosse previamente disponibilizado aos conselheiros para que
33 chegassem ao evento munidos das informações necessárias. Ficou definido que o
34 Conselho participará da atividade em Manhauçu, com breve apresentação
35 institucional seguida da exposição técnica da Energisa, permanecendo a data entre
36 os dias 20 e 27 de março, condicionada à confirmação da Emater. Após a definição,
37 Rosania encaminhará as informações à assessoria para convocação e organização
38 da logística. Dando continuidade, o Conselho passou a discutir o calendário de
39 reuniões de 2026. Luis Claudio ressaltou a importância de uma reunião em Ubá o
40 quanto antes, em razão dos acontecimentos recentes no município, para que os
41 conselheiros pudessem conhecer melhor a situação e para que a distribuidora
42 tivesse oportunidade de apresentar informações e esclarecimentos à comunidade.
43 Adenilda sugeriu que a atividade fosse realizada já em abril, antes do período mais
44 intenso da safra, quando sua disponibilidade para participação presencial se torna
45 mais limitada. A proposta foi acolhida, ficando a organização condicionada ao
46 contato com a conselheira Maria Lucia Coelho Andrade e à definição do local e da

programação. Na construção do calendário, foram consideradas seis reuniões itinerantes ao longo do ano, contemplando Manhuaçu, Ubá, São João Nepomuceno, Rio Pomba, Nova Friburgo e a região de Cataguases/Leopoldina, estas últimas tratadas conjuntamente em razão da proximidade entre os municípios. Para o encerramento do ano, discutiu-se a possibilidade de reunião na região de Cataguases e Leopoldina, conciliada com a reunião anual envolvendo a Presidência do Conselho e a Presidência da distribuidora e, posteriormente, a confraternização. Também ficou acordado preservar novembro para uma reunião virtual, tendo em vista a possibilidade de realização do Encontro Nacional e de encontro regional dos Conselhos de Consumidores no período. Após os ajustes, ficou estabelecida a realização de dez reuniões do Conselho em 2026, sendo seis itinerantes e quatro virtuais. O calendário seria inicialmente divulgado apenas com os meses e localidades previstas, mantendo-se as datas específicas para definição com um ou dois meses de antecedência. Para março, permaneceria pendente a confirmação de Manhuaçu; para abril, a assessoria e a equipe da Energisa entrariam em contato com Maria Lucia para organizar a reunião em Ubá. Foi ainda acordado que, à exceção de Manhuaçu, cuja atividade dependerá do calendário da Emater, as reuniões itinerantes permanecerão preferencialmente aos sábados, podendo ocorrer em dias úteis quando houver justificativa relacionada à programação local ou à possibilidade de maior participação de representantes da distribuidora. Rosania informou que a Energisa buscará assegurar a participação de profissionais das respectivas localidades nas reuniões itinerantes, levando técnicos capacitados para tratar dos assuntos de interesse de cada região. Esclareceu que reuniões realizadas durante a semana podem facilitar a presença de gestores e outros profissionais da empresa, enquanto aos sábados a participação poderá ficar concentrada nas equipes locais. O Conselho concordou em manter essa flexibilidade de acordo com as características de cada reunião. Em seguida, Rômulo questionou sobre a atualização dos dados do Presidente Jorge Luis da Silva junto à ANEEL, uma vez que ele continuava sem receber comunicações eletrônicas da Agência, enquanto Luis Claudio já havia passado a recebê-las normalmente. Rosania e os conselheiros verificaram a situação e discutiram a possibilidade de divergência cadastral. Diante da ausência de solução pelas tratativas anteriores, ficou encaminhado que a assessoria enviará novo ofício formal à ANEEL solicitando a regularização do cadastro do Presidente, com obtenção de protocolo e cópia do documento ao Presidente, Vice-Presidente, Rosania e Janaina. Rosania informou que a distribuidora também reforçaria a demanda quando necessário. Na sequência, iniciou-se a discussão da Consulta Pública ANEEL nº 046/2025, referente à possibilidade de aplicação automática da Tarifa Horária, conhecida como Tarifa Branca, aos consumidores de baixa tensão dos subgrupos B1, B2 e B3 com consumo mensal igual ou superior a 1 MWh. Rosania esclareceu que a área regulatória da Energisa ainda estava estudando o assunto e, por essa razão, optou por não apresentar naquele momento uma posição da distribuidora, a fim de evitar

89 antecipar conclusões antes da análise interna. A assessoria apresentou aos
90 conselheiros os principais pontos para reflexão na elaboração de eventual
91 contribuição do Conselho. Entre eles, destacou-se o risco de aumento da fatura para
92 consumidores que não tenham flexibilidade para deslocar seu consumo dos horários
93 mais caros, sendo apresentada a possibilidade de adoção de uma espécie de “fatura
94 sombra”, que permita ao consumidor comparar previamente os resultados da tarifa
95 convencional e da tarifa horária antes da cobrança efetiva. Também foi debatida a
96 necessidade de utilização de ações e recursos de Eficiência Energética para ampliar
97 a educação tarifária e preparar os consumidores para a mudança. Outro ponto
98 apresentado foi a dificuldade de comunicação do próprio nome “Tarifa Branca”,
99 discutindo-se a possibilidade de uma denominação de mais fácil compreensão, bem
100 como a utilização de materiais simples e visuais para indicar os períodos de ponta,
101 intermediário e fora de ponta. Também foram analisados os possíveis impactos
102 sobre pequenos produtores rurais, que muitas vezes não conseguem interromper
103 equipamentos de ordenha, refrigeração ou outros processos produtivos em
104 determinados horários; os reflexos para consumidores com micro e minigeração
105 distribuída; e a necessidade de planejamento para substituição ou adequação dos
106 medidores. A apresentação incluiu levantamento da base de consumidores da
107 Energisa Minas Rio por faixas de consumo. Para janeiro de 2026, foram
108 apresentados 1.405 consumidores residenciais, 2.849 comerciais e 693 rurais com
109 consumo superior a 1.000 kWh mensais, além das demais faixas entre 500 e 1.000
110 kWh. Luis Claudio analisou os números e ponderou que determinadas classes
111 poderiam apresentar maior capacidade de deslocamento do consumo,
112 especialmente parte dos consumidores comerciais e rurais, embora ressaltasse a
113 necessidade de estudar os efeitos da medida antes de qualquer proposta definitiva.
114 Durante o debate, Luis Claudio recordou experiências anteriores com tarifas horárias
115 e defendeu que o Conselho esteja tecnicamente preparado para explicar aos
116 consumidores tanto os riscos quanto as possibilidades de economia. O Presidente
117 Jorge reforçou que o tema ainda é pouco conhecido pela população e que, sem
118 ampla divulgação, o consumidor dificilmente compreenderá de forma adequada os
119 horários e os efeitos da modalidade tarifária. Fernandes também manifestou
120 preocupação com o curto prazo para participação na Consulta Pública e com a
121 possibilidade de implementação de uma alteração relevante sem que tenha ocorrido,
122 em sua avaliação, campanha suficientemente ampla de esclarecimento ao
123 consumidor. A discussão se ampliou para aspectos estruturais do setor elétrico, com
124 considerações dos conselheiros sobre os horários de maior demanda, a necessidade
125 de deslocamento da carga, o chamado “bico de pato”, restrições de geração em
126 períodos de sobreoferta, geração distribuída, encargos da CDE, expansão do
127 mercado livre, utilização e remuneração das redes de distribuição e custos
128 associados a reforços do sistema. Luis Claudio e Fernandes trocaram considerações
129 sobre os impactos desses fatores na tarifa e sobre a necessidade de os Conselhos
130 também se dedicarem às questões estruturais que influenciam o custo final da

energia, tendo sido ressaltado que vários desses temas merecem aprofundamento em fóruns nacionais e futuras reuniões. Retomando especificamente a Consulta Pública, a assessoria propôs que o Conselho questione a aplicação automática da modalidade antes que exista efetivo processo de educação do consumidor em grande escala. Fernandes reforçou a necessidade de comunicação ampla, utilizando meios capazes de atingir o consumidor comum, e Luis Claudio concordou que a falta de orientação adequada poderia gerar problemas relevantes. Ficou encaminhado, como linha de posicionamento a ser aprofundada, que eventual aplicação automática deve ser precedida de ampla campanha de informação e educação tarifária. Como o prazo para contribuições se encerraria em 9 de março, a assessoria informou que se reuniria na manhã seguinte com uma assessoria técnica parceira, reuniria os novos subsídios com as manifestações ocorridas na reunião e encaminharia aos conselheiros uma proposta para deliberação final do conteúdo da contribuição antes de seu envio à ANEEL. Assim, não houve aprovação, naquela reunião, do texto final da contribuição. Durante a reunião, o debate sobre a Tarifa Branca foi temporariamente interrompido para a participação de Ana Maria de Almeida Jorge Mafor, da Energisa, que apresentou esclarecimentos sobre o pagamento das faturas de energia via Pix. Ana destacou a praticidade, rapidez e confirmação imediata do pagamento, além dos ganhos operacionais para a distribuidora, como maior eficiência na arrecadação. Apresentou também a campanha “Show de Prêmios”, vigente de 11 de agosto de 2025 a 30 de abril de 2026, destinada a clientes pessoas físicas que aderem à campanha e realizam os pagamentos por Pix. Foi esclarecido que a adesão depende de manifestação e aceite do consumidor e que, após a adesão à campanha, as faturas seguintes passam a ser emitidas apenas com o QR Code do Pix, sem o código de barras. O cliente pode cancelar a adesão a qualquer momento e retornar ao recebimento da fatura com código de barras, podendo também solicitar o refaturamento quando necessitar do boleto na fatura corrente. Ana esclareceu ainda que consumidores que não aderiram à campanha recebem normalmente a fatura com as duas formas de pagamento, código de barras e QR Code Pix, informação demonstrada durante a reunião por Simone de Andrade Ferreira mediante compartilhamento de exemplo de fatura. Fernandes, Rômulo, Jorge, Luis Claudio e a assessoria questionaram a conveniência de retirar o código de barras justamente dos consumidores que aderem à campanha. Foram mencionadas situações em que o consumidor, embora prefira pagar por Pix, possa estar momentaneamente sem acesso ao celular, enfrentar instabilidade no sistema bancário, não possuir conta habilitada para Pix ou precisar efetuar o pagamento em lotérica. Também foram consideradas as diferentes realidades socioeconômicas e faixas etárias existentes na área de concessão. Fernandes sugeriu que a campanha continue incentivando e premiando o pagamento via Pix, mas sem alterar a fatura para excluir o código de barras. Rômulo, Luis Claudio e Jorge manifestaram concordância, destacando que a manutenção das duas opções ampliaria a liberdade do consumidor sem impedir os benefícios da campanha. A assessoria acrescentou

que a utilização exclusiva do Pix como consequência da adesão poderia gerar questionamentos e sugeriu análise interna pela distribuidora. Como encaminhamento do Conselho, foi solicitado à Energisa que avalie a possibilidade de manter, mesmo após a adesão à campanha, tanto o QR Code Pix quanto o código de barras na fatura, preservando o incentivo ao uso do Pix sem retirar a alternativa tradicional de pagamento. Ana informou que levaria a sugestão à área de arrecadação para análise e que o retorno seria posteriormente transmitido ao Conselho por intermédio de Rosania e Janaina. O Presidente Jorge também apontou que havia percebido redução na divulgação da campanha “Show de Prêmios” em sua região. Ana esclareceu que a campanha permanecia vigente e comprometeu-se a levar a observação à área de comunicação para avaliar o reforço da divulgação local. Encerrados os questionamentos, os conselheiros agradeceram a participação de Ana Maria e Simone, considerando esclarecidas, naquele momento, as principais dúvidas sobre o Pix. Ao final da reunião, Rosania trouxe aos conselheiros uma alteração relativa à representação do Conselho em reunião da ANEEL prevista para o dia 18. Informou que anteriormente havia sido aprovada, pelo grupo, a participação de Janaina representando o Conselho. Contudo, em razão do desastre ocorrido em Ubá e da necessidade de Janaina permanecer no município em suas atribuições como gerente da área comercial, ela não poderia comparecer. Rosania informou que já participaria do evento por atuar na Ouvidoria da Energisa Minas Rio, tratando-se de reunião vinculada ao Fórum de Ouvidores, e consultou os conselheiros sobre a possibilidade de também representar o Conselho de Consumidores. A substituição foi aprovada pelos presentes, ficando Rosania autorizada a representar o Conselho no evento. Ela informou ainda que aproveitaria sua presença junto à ANEEL para verificar pessoalmente a pendência cadastral do Presidente Jorge. Rômulo solicitou, antes do encerramento, atualização sobre a prestação de contas financeira do Conselho, lembrando que havia sido acordado anteriormente o envio periódico de informações aos conselheiros. Rosania informou que a prestação de contas oficial do exercício de 2025 estava em consolidação e deveria ser encaminhada à ANEEL até 30 de abril, sendo posteriormente disponibilizada na área de transparência do site do Conselho. Esclareceu que o documento anual apresenta os gastos de forma mais detalhada, mas reconheceu que a solicitação dos conselheiros se referia também a um acompanhamento ao longo do exercício. A assessoria informou que o orçamento previsto para o Conselho em 2026 é de R\$ 240.000,00 e que janeiro foi encerrado sem despesas. Rosania acrescentou que, em 2025, o Conselho registrou aproximadamente R\$ 215.000,00 em despesas, valor ainda sujeito à inclusão das taxas bancárias no fechamento definitivo. Rômulo, Fernandes e Luis Claudio reforçaram que desejam receber um balancete periódico simples, contendo receita, despesas e saldo, de forma a acompanhar a execução dos recursos e apoiar decisões relativas a viagens, eventos e demais atividades. Ficou acordado que Rosania repassará mensalmente as informações disponíveis à assessoria, que manterá uma planilha de acompanhamento e a encaminhará aos conselheiros. Foi

215 esclarecido que poderá ocorrer defasagem entre o mês da realização de
216 determinada despesa e seu registro, uma vez que o fechamento financeiro da
217 distribuidora ocorre no dia 20 e algumas despesas de viagens são faturadas
218 posteriormente pelas agências. A assessoria informou ainda que o documento de
219 planejamento/orçamento de 2026 e o calendário atualizado seriam disponibilizados
220 no site, enquanto a prestação de contas anual permaneceria publicada na área de
221 transparência conforme as obrigações aplicáveis. Nos assuntos finais, a assessoria
222 mostrou aos presentes a atualização realizada na página do Conselho, incluindo
223 fotografia de José Carlos Cardinot, que ainda não possuía imagem no site. Houve
224 breve comentário sobre as fotografias dos demais conselheiros e sobre a
225 conveniência de mantê-las atualizadas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente
226 Jorge Luis da Silva agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.